

RESENHA/ BOOK REVIEW

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014. 148 p.

Juliane Costa Furno¹

O livro do professor e pesquisador Marcio Pochmann *O mito da grande classe média* situa-se no contexto de neoliberalização do capitalismo contemporâneo, que trouxe à tona uma dimensão ideológica ao termo “classe média”. A existência, no Brasil atual, de uma pretensa “nova classe média” é resultado desse contexto, e o objetivo do autor é contrapor-se ao que ele mesmo chama de simplificação do conceito, própria do esvaziamento das perspectivas teóricas críticas ao capitalismo.

Em seu trabalho aqui resenhado, Pochmann dedica-se centralmente a mostrar que o termo “classe média” não corresponde a uma conceitualização consensual. Entre os motivos da ausência de consenso, destaca-se a instabilidade conjuntural das sociedades atuais, que varia em distintos momentos históricos já que o sistema capitalista, na sua evolução, vai tornando gradativamente mais complexa a estrutura de estratificação social. Para o autor, mesmo considerando-se as relações estruturais de produção, as

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

transformações das classes sociais são processos dinâmicos, que respondem aos conflitos nas esferas econômicas e políticas e se movimentam de acordo com interesses distintos ao longo do tempo.

Procurando contribuir para o debate a respeito das transformações da estrutura social brasileira, o livro é dividido em quatro capítulos, que procuram discutir, em ordem: a situação no tempo das conceituações sobre as classes sociais; a inclusão no consumo de segmentos da classe trabalhadora no Brasil e seus impactos nas disputas entre as classes sociais no país; a análise das mudanças na desigualdade do padrão de consumo do Brasil atual, proveniente de políticas de enfrentamento à pobreza; e, por fim, uma análise do retorno, nos últimos anos, da mobilidade social ascendente no país.

No primeiro capítulo, Marcio Pochmann mostra como se construíram as conceituações do termo *classe média* no decorrer do desenvolvimento do capitalismo internacional, analisando quatro períodos históricos distintos. Em um primeiro momento, quando predominou o capitalismo de livre concorrência, a classe média podia ser identificada como uma expressão da nascente burguesia, que era caracterizada pelos pequenos industriais e comerciantes emergentes. No capitalismo oligopolista, que foi fruto da 2ª Revolução Industrial e Tecnológica, as sociedades do centro do capitalismo passaram a centrar sua produção na dinâmica do fordismo, o que fez aparecer uma série de novas “tarefas” produtivas que não se enquadravam na lógica do “chão de fábrica”, permitindo-se ampliar a definição de “classe operária”. Já no capitalismo pós-industrial, a ênfase dos empregos gerados concentra-se cada vez mais nos setores de serviço, apresentando-se uma nova classe média que intervém na tradicional polarização capital/trabalho, caracterizando a sociedade da “informação”. É com base nesse período de análise que alguns

autores defendem a hipótese da “medianização” da sociedade, representada pela multipolarização das classes sociais.

Pochmann afirma que sua análise consiste em apreender a problemática da classe média no período do capitalismo monopolista tradicional, identificando suas mudanças geográficas, a partir do desenvolvimento industrial. A tese apresentada pelo autor é, então, que a dimensão tradicional de classe média foi desenvolvida no seio do Estado de Bem-estar Social do pós-guerra, e o recente esvaziamento da produção industrial, aliado à crescente dimensão do setor de serviços, faz regredir a estrutura e o padrão de classe média existente nos países centrais.

Nesse sentido, uma hipótese possível é a de um recente e crescente deslocamento das classes médias do seu lócus tradicional – Europa e EUA – para os novos países em desenvolvimento no continente asiático, resultado do deslocamento do centro dinâmico da economia do mundo para esses países, o que tem aumentando demasiadamente sua participação na produção global de manufaturas. Além disso, os países desenvolvidos do centro do sistema capitalista têm passado por um processo de desindustrialização, perdendo, com isso, os elementos que sustentam uma classe média amparada nos setores industriais. É a partir dessa perspectiva que o autor julga que estamos assistindo a uma redefinição internacional da classe média.

No Brasil, o padrão de classe média apresenta singularidade na sua conformação, a começar pela inconclusa formação nacional e o correspondente enxugamento do setor industrial, mesmo antes de ele haver se consolidado. A formação da classe média brasileira teve como ponto de partida a industrialização pesada promovida pelo governo Juscelino

Kubitschek através do Plano de Metas. No entanto, foi no período do “milagre econômico” da Ditadura Militar que a classe média alçou seu voo, estimulada pelas políticas de moradia, crédito e consumo, em um período em que se intensificaram as desigualdades sociais. Com isso, ao mesmo tempo em que havia a consolidação de uma classe média, avançava, também, a pauperização dos trabalhadores, que constituíram um verdadeiro “exército de serviçais” na nascente classe média.

No segundo capítulo, em meio às diversas interpretações acerca da problemática das recentes transformações da estrutura social brasileira, Pochmann busca superar o “simplismo” e a fragilidade acadêmica existente em torno da hipótese de que essas transformações são um caminho de constituição de uma “nova classe média”. Para compreender o padrão de mobilidade social existente nessa última década, faz-se necessário, pois, analisar o desenvolvimento do capitalismo – especialmente no segundo pós-guerra – e as relações entre seu centro e sua periferia.

As economias desenvolvidas centrais lograram avançar em direção a um padrão de crescimento urbano e social orientado sob a perspectiva do Estado de Bem-estar Social. Em decorrência disso, generalizou-se às classes trabalhadoras o consumo de bens duráveis, inclusive moradia própria e automóvel, formando-se uma estrutura mais homogênea na qual os partidos políticos e os sindicatos contribuíram para a construção de uma agenda política que permitiu que os salários crescessem acima da produtividade e que se dirimissem algumas desigualdades sociais.

Já na periferia, que vivenciou tardiamente sua industrialização, ocorreu o que os autores da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)

denominam de estrutura “dualista”, convivendo, no mesmo cenário, estruturas sociais modernas e industrializadas e organizações arcaicas e pré-capitalistas. Além disso, as elites brasileiras, segundo Celso Furtado, lograram “imitar” um padrão de consumo cosmopolita, contribuindo para a importação de produtos de luxo que não tinham lastro na nossa estrutura produtiva. Observa-se, então, a impossibilidade de uma aliança de classe entre os trabalhadores e as elites brasileiras com o objetivo de alçar um desenvolvimento com forte presença do Estado e dos serviços públicos. Nesse cenário, aprofundou-se o abismo entre as elites e a classe trabalhadora, que padecia de uma condição de subconsumo em relação ao acesso aos bens duráveis. A ausência de um Estado de Bem-estar Social foi decisiva para a inexistência de uma oferta de serviços públicos de qualidade, como saúde, educação e previdência pública, que contribuíssem para o salário indireto dos trabalhadores. Na periferia “o regime de bem-estar do período prevaleceu corporativo e particularista, o que deixou à margem uma parcela considerável da classe trabalhadora” (POCHMANN, 2014, p. 56).

Com isso, Pochmann mostra que, no caso brasileiro, o período de consolidação da “classe média” ocorreu nos anos 70, no auge do “milagre econômico” orientado sob a política dos militares. No entanto, repartiu-se de forma muito assimétrica o “bolo” do crescimento econômico, privilegiando os setores médios e altos da sociedade, com uma seleta teia de políticas públicas que não alcançava os mais alijados dos ganhos nacionais. Cresceram, de forma significativa, os empregos de altos níveis salariais, conquistados mediante os diplomas de nível superior, que mais uma vez privilegiavam as classes médias, iniciando um círculo vicioso de ausência de mobilidade social. O caminho que se optou ainda nos anos 70 e nos primeiros

anos da década de 80 foi o da opressiva concentração de renda com exclusão social, baseado em um padrão de financiamento externo.

Nos anos 90, retificou-se o padrão social deformado e profundamente desigual, composto pelo abismo social entre os ricos e a classe média não proprietária e a imensa legião de trabalhadores que, pelo excedente de mão de obra, mantinha seus salários muito abaixo da produtividade do trabalho. Essa década, porém, foi marcada pelo baixo dinamismo econômico, o crescente desemprego e o amplo processo de exclusão social, alcançado graças ao receituário das políticas neoliberais.

A década de 2000, sobretudo a partir de 2004, marcou uma profunda inflexão no padrão de crescimento econômico e de distribuição de renda, com uma correspondente mudança na mobilidade social do país, especialmente para os trabalhadores da base da pirâmide social. A modificação presente nesse novo padrão de estratificação social está relacionada com a trajetória de ascensão social dos trabalhadores.

Pochmann inicia seu terceiro capítulo mostrando como o conjunto das revoluções industriais e tecnológicas em todo o globo transpassou o conjunto das dificuldades “naturais” oriundas das privações das sociedades agrárias. A desigualdade de acesso a bens e serviços deixa, assim, de ser apreendida como natural e passa à esfera de uma questão de natureza política e econômica. O autor defende, então, a tese de que estamos ingressando numa era de relativa redução da desigualdade no padrão de consumo de bens duráveis, e aponta algumas questões centrais que sustentam essa afirmação.

A primeira delas deve ser entendida à luz dos efeitos da globalização e do seu novo paradigma de produção, impulsionado pelas grandes corporações

transnacionais e pela nova redivisão dos países nas cadeias globais de produção e no comércio intrafirma. Há, dessa forma, um deslocamento geográfico do polo dinâmico da produção de manufaturas, que encontra na Ásia o terreno que concentra mão de obra excedente e menores custos produtivos. Nesse sentido, tornou-se possível caminhar para uma homogeneização do consumo mundial, ampliando as possibilidades de consumo prioritariamente aos países subdesenvolvidos. Uniformiza-se então, de maneira mais ampla, o consumo de massa, possibilitado pelo menor custo internacional de mercadorias.

A consequência é a possibilidade de acesso a bens e serviços por segmentos de baixa renda sem que houvesse a necessária elevação do nível de rendimento dos mais pobres. Esse processo se dá por meio da grande corporação transnacional, que alia capital de alta tecnologia a mão de obra barata e faz surgir o que Pochmann chama de sociedade *low cost*, ou seja, uma sociedade que logrou acessar o consumo de bens que antes era somente acessível pelas camadas de maior rendimento, prescindindo de uma repartição da renda ou de significativas mudanças na estrutura social.

No Brasil, está sendo possível aliar essas condições internacionais a um conjunto de políticas econômicas e sociais que estimulam o consumo, principalmente para os setores componentes da base da pirâmide social. Assistimos, recentemente, a um movimento de alteração dos preços relativos de maneira um pouco mais autônoma em relação ao movimento mais geral da inflação. No período dos anos 2000, os preços de eletrodomésticos, artigos de residência, serviços de educação e comunicação caminharam abaixo da inflação, resultando em uma relativa modernização do padrão de consumo da população brasileira, em especial para os mais pobres.

Outras importantes transformações a nível nacional também tiveram um efeito multiplicador sobre a economia brasileira, dando seguimento a essa onda de modernização e maior acesso ao consumo de massas. A principal delas é a elevação do rendimento individual, que tem um efeito positivo sobre o conjunto do nível da renda das famílias, ocasionado a partir da virada para o século XXI. “O crescimento real verificado na renda média da população impactou diretamente o consumo das famílias, que passou a responder por mais de dois terços da dinâmica de crescimento do Produto Interno Bruto” (POCHMANN, 2014, p. 93).

O autor destaca, ainda, cinco causas desse processo. A primeira e a segunda, intimamente relacionadas, são a redução do tamanho médio das famílias e o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Com o aumento da presença de mulheres ocupadas, elevou-se também a renda familiar *per capita*, algo que foi potencializado pela diminuição do tamanho da família brasileira. O terceiro elemento que possibilitou o acesso ao consumo foi a drástica redução no número de desempregados. Na década de 2000, esse número caiu 35,9%, dada a significativa geração de empregos no período analisado. O quarto motivo foi o aumento do rendimento médio real, que teve como causas a política de elevação do salário mínimo, os programas de transferência de renda e as conquistas nas negociações coletivas. Por fim, o quinto elemento a se destacar foi a profunda ampliação do crédito ao consumo popular: o maior acesso ao sistema bancário, do qual os trabalhadores eram excluídos nas décadas anteriores, propicia um ganho autônomo para as camadas de menor rendimento, que obtêm maior poder de decisão de consumo e podem adquirir bens cujos preços unitários superam a renda mensal, sendo possível optar pelo endividamento.

Esses cinco elementos, somados às condições de produção internacional, sustentam a tese do autor de que nos anos 2000 houve uma modernização do padrão de consumo, especialmente entre os trabalhadores. “De forma tardia, o país incorporou uma parcela considerável da classe trabalhadora que ainda se mantinha à margem do acesso ao consumo dos bens duráveis”. (POCHMANN, 2014, p. 114).

No quarto e último capítulo, Marcio Pochmann destaca o forte impacto que as políticas ancoradas em uma perspectiva social-desenvolvimentista lograram na sociedade brasileira, e, em especial, na estrutura distributiva. O resultado que mais impressiona os analistas dos anos recentes é o resultado das políticas de ampliação do consumo popular. Além do rearranjo da economia mundial apresentado anteriormente, no Brasil se destaca com maior ênfase a combinação entre o retorno do crescimento econômico e a retomada da mobilidade social, bloqueada com as políticas neoliberais da década de 90.

No que tange ao debate acerca da mobilidade social, destaca-se uma importante inflexão na curva distributiva do Brasil na primeira década do século XXI, após uma longa fase de imobilidade social. A retomada do padrão de mobilidade atingiu principalmente a base da pirâmide: a parcela constitutiva dos 40% mais pobres foi a maior receptora de rendimentos dentro do movimento recente de ascensão social. Os trabalhadores ocupados no setor terciário da economia, especialmente os de rendimento na faixa de até 1,5 salário mínimo, foram os mais beneficiados.

Finalmente, vale destacar, a partir do apanhado de dados analisados pelo autor e provenientes das PNADs do IBGE, que a década de 2000 apresentou alterações substanciais na estrutura dos postos de trabalho no Brasil, especialmente os postos localizados no setor de serviços e na base da pirâmide social.

A presente resenha procurou destacar os principais elementos que embasam as teses do autor em relação à análise das transformações da estrutura social brasileira nos últimos anos. O termo *classe média*, que sofre diversas interpretações no atual período de acumulação do capitalismo mundial, é fruto de um debate intenso que embasa essa análise. O desafio proposto pelo autor é compreender o termo à luz das reconfigurações sofridas pela economia mundial e, conseqüentemente, pelas classes sociais em todo o mundo, com resultados específicos no Brasil atual. Destaca-se, sobretudo, o grande apanhado de dados que sustentam as análises, com séries históricas da distribuição de renda no Brasil bastante detalhadas. A temática desse livro relaciona-se com os estudos anteriores do autor, prioritariamente dialogando com o livro *Nova classe média?*, no qual analisa as transformações atuais ocorridas na base da pirâmide social, buscando compreender o seu significado na estrutura de classe e polemizando com autores que entendem que esse contingente social de alguma forma beneficiado pelas políticas do governo PT – especialmente as voltadas ao consumo – estaria compondo uma chamada “nova classe média”.

Problematizar a temática das classes sociais – a partir da sua relação com o modo de produção capitalista – nesse momento histórico da procura de uma suposta “liquidez” da sociedade, a qual afirma seu caráter fluído e moderno, me parece uma importante e necessária ousadia intelectual. Retomar os

estudos dos grandes temas da nação brasileira e sua correspondência no cenário internacional, com demasiada precisão e competência, parece ir na contramão da atualidade dos estudos “parcelares”, que buscam cada vez mais as especificidades dos sujeitos históricos e menos a sua interconexão histórica. É nesse sentido que essa obra, assim como as demais do mesmo autor, merece especial atenção das universidades e centros de pesquisa, na medida em que desafia a morosidade intelectual e avança em uma análise minuciosa e com forte rigor científico.

Recebido em 10/01/2015

Aprovado em 27/04/2015